

AUTORIA PARA ALÉM DA TEORIA: UMA ABORDAGEM DE BERNARDO GUIMARÃES E MACHADO DE ASSIS EM FONTES PRIMÁRIAS

Tabatha Alessandra Souza da SILVA
Orientadora: Profa. Dra. Lúcia Granja

RESUMO: Este artigo pretende averiguar, a partir do estudo de fontes primárias, questões relativas à autoria em publicações de Bernardo Guimarães e Machado de Assis, tendo em vista os processos editoriais envolvidos na construção das figuras autorais aqui trabalhadas. A análise das relações contratuais entre os autores e Baptiste-Louis Garnier, livreiro-editor mais importante do período, são fundamentais para a construção de hipóteses de leitura com base nas negociações acerca da venda das obras e dos direitos autorais em questão. Durante o período estudado, debates acerca da propriedade literária das obras estavam a dividir opiniões na sociedade, e se tornam ainda mais expressivos na segunda metade do século XIX, que é justamente a época em que os autores mencionados começam a ganhar notoriedade e se consagrar como importantes figuras da literatura brasileira.

Palavras-chave: literatura brasileira, propriedade literária, autoria, Machado de Assis, Bernardo Guimarães.

Introdução

Ao refletir a respeito da emblemática figura do autor, frequentemente nos deparamos com diversas perguntas, tais como: o que define um autor? Quais são os limites existentes na construção do conceito de autor? Até onde o autor, uma vez definido, tem propriedade em relação a obra escrita? Onde outros agentes se encaixam no processo de criação e definição da autoria? Esses e outros questionamentos renderiam longas horas de discussão, da mesma maneira que rendem muitas linhas de argumentação e pesquisa.

O fato de a temática da autoria ser um assunto recorrente no campo dos Estudos Literários não é novidade. Sem dúvidas, esgotar esse assunto nunca foi uma tarefa fácil. Prova disso, são textos como os dos pós-estruturalistas Michel Foucault e Roland Barthes, que ainda hoje são praticamente incontornáveis para essa discussão. Existe um embate teórico latente quando pensamos na figura do autor e no poder que ela exerce nos movimentos de leitura e interpretação, principalmente se colocada lado a lado com uma outra figura tão discutida quanto: a do leitor.

São muitas as teorias que podemos estudar e elaborar partindo desse tópico, entretanto, este trabalho propõe uma reflexão diferente. Para além do campo teórico, como as questões relativas à autoria afetam uma obra na prática? Em outras palavras, como a questão da propriedade literária pode impactar, influenciar e até mesmo modificar a publicação de uma obra em termos práticos, tendo em vista os processos editoriais necessários para tal?

O presente artigo trabalha as questões autorais relativas às publicações de Bernardo Guimarães e Machado de Assis sob um viés prático. Nessa empreitada, um terceiro nome se soma aos protagonistas deste estudo: Baptiste-Louis Garnier, o livreiro-editor que fez das histórias e poemas, livros comercializados. Assim, as discussões teóricas serão somadas a análises de questões editoriais, contratuais e financeiras, com o objetivo de compreender as semelhanças e diferenças entre os dois autores e a maneira como cada um deles percorreu sua trajetória até chegar onde chegaram — nomes de peso do cânone brasileiro, com obras lidas, estudadas e discutidas ainda hoje e que carregam importância atemporal para os estudos literários.

Contexto histórico

O recorte deste projeto é a segunda metade do século XIX e início do século XX no Brasil. Nesse período, a literatura nacional era uma categoria em franca ascensão no Brasil, tendo em vista que as obras literárias em circulação eram, em grande parte, obras estrangeiras. Os irmãos Garnier eram grandes responsáveis por fazer a importação, produção e comercialização de obras de outros países no Brasil, com destaque para a França, tal qual explica Laurence Hallewell em *O livro no Brasil* (HALLEWELL, 2017). Na segunda metade do século XIX, autores brasileiros talentosos começaram a procurar maneiras de se colocarem nas prateleiras das livrarias, e Baptiste-Louis Garnier viu nisso uma grande oportunidade. Mudando-se da França para o Brasil e deixando a empresa da família, começou a “recrutar” escritores com potencial de alavancar a literatura nacional. Para os autores, essa foi uma grande oportunidade também, na verdade, não seria exagero considerar uma oportunidade única. Nesse cenário, temos dois extremos: de um lado, o livreiro-editor que já carregava um prestígio indiscutível por conta de sua experiência na área com vários escritores buscando seu reconhecimento, e de outro, autores que, apesar de talentosos, não tinham um nome extremamente consolidado e com opções de publicação escassas. Não é preciso muito mais para dizer para qual lado a balança pendia em termos de vantagem na hora das negociações.

Outro ponto importante acerca do recorte histórico é que a questão da propriedade literária ainda estava sendo debatida no Brasil, inclusive no âmbito legislativo. Rodrigo Camargo de Godoi, em seu artigo *José de Alencar e os embates em torno da Propriedade Literária no Rio de Janeiro (1856-1875)*, diz que “com exceção do artigo 261 do Código Criminal de 1830 e até a promulgação da Lei 496 de 1º de agosto de 1898, não havia dispositivo legal no país que garantisse a propriedade literária em sua plenitude”. (GODOI, 2017, p. 577). Assim sendo, ainda não existia uma lei que protegesse ou assegurasse os direitos do autor, de modo que o debate acerca do assunto estava ficando cada vez mais acalorado. É preciso, portanto, levar em consideração o conflito de interesses que existia na época.

Até então, os autores eram pouco favorecidos financeiramente e precisavam encontrar meios de sobreviver, conciliando a carreira artística com a profissional. Não raro, poetas e romancistas trabalhavam também com textos jornalísticos porque isso lhes garantia um pouco mais de estabilidade financeira.

Em 1975, o escritor José de Alencar elaborou um Projeto de Lei relativo aos Direitos Autorais, numa tentativa de assegurar os direitos dos autores sobre suas próprias obras. Esse tipo de proteção ao autor ainda não existia, portanto as obras literárias eram consideradas um bem comum à sociedade. Os autores que lutavam por seus direitos profissionais — ainda que sua profissão estivesse começando a se consolidar como tal — eram considerados mesquinhos e arrogantes por quererem tirar vantagens financeiras sobre a arte, uma categoria suprema que não deveria ser transformada em mercadoria. Entretanto, enquanto a sociedade e os jornais da época satirizavam a reivindicação da classe dos autores sob tais pretextos, uma outra classe, muito mais enxuta e com poucos nomes de destaque, continua lucrando com a comercialização das obras: os livreiros-editores.

O projeto não foi aprovado e Alencar acabou sofrendo uma espécie de retaliação que fica evidente na forma como sua imagem foi satirizada pelos jornais da época. No artigo de Godoi é possível analisar todo esse contexto e perceber o quão polêmica era a questão da propriedade literária.

Autores analisados

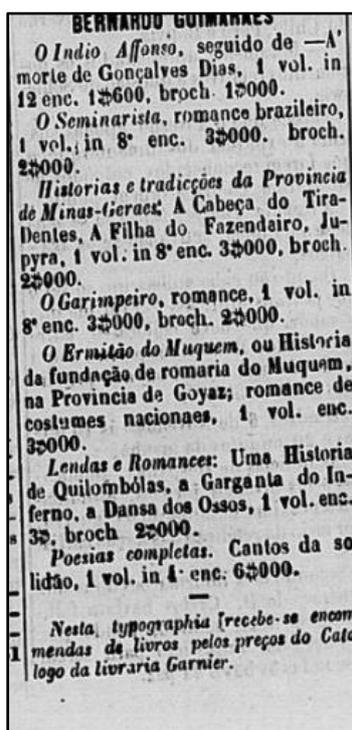
Bernardo Guimarães e Machado de Assis foram os autores selecionados para compor o estudo. Eles foram publicados contemporaneamente pelo mesmo livreiro-editor, Baptiste-Louis Garnier, entre meados dos anos 60, quando Machado de Assis estreou na Editora Garnier com a publicação de *Crisálidas*, e meados dos anos 80, quando Bernardo Guimarães veio a falecer, mais de 20 anos antes de seu colega escritor.

Este estudo analisa a relação entre os autores citados e o livreiro-editor Baptiste-Louis Garnier por meio da análise em fontes primárias (livros, jornais, contratos, recibos e cartas), de modo a visualizar a trajetória desses escritores canônicos sob um viés mais complexo que não desconsidera o dinheiro como elemento fundamental do processo. O livro *O preço da leitura* é fundamental para compreendermos a necessidade de um olhar mais materialista sobre a percepção daquilo que consideramos obras literárias, percebendo, inclusive, os interesses financeiros e as negociações contratuais envolvidas nos processos (LAJOLO e ZILBERMAN, 2001).

Busca-se refletir, desse modo, acerca da trajetória que esses autores percorreram até se consolidarem como os destaques que são hoje. Olhando, inclusive, para formas materialistas desse percurso (contratos, dinheiro, compra e venda de direitos autorais).

Fontes primárias

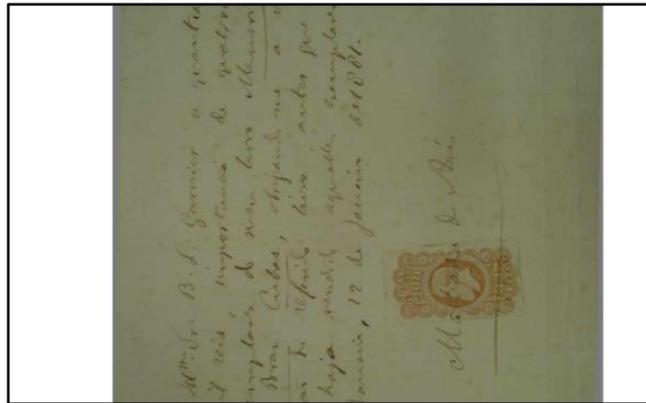
Para a pesquisa, foram utilizados jornais da época, primeira edição de livros, contratos, recibos e cartas, com destaque para os três últimos mecanismos, os quais foram selecionados, transcritos e ordenados cronologicamente para fins de organização do trabalho. A seguir, selecionamos alguns exemplos que foram apresentados no 17 Seminário de Pesquisas da Graduação do Instituto de Estudo da Linguagem da Unicamp (SePeG — IEL).



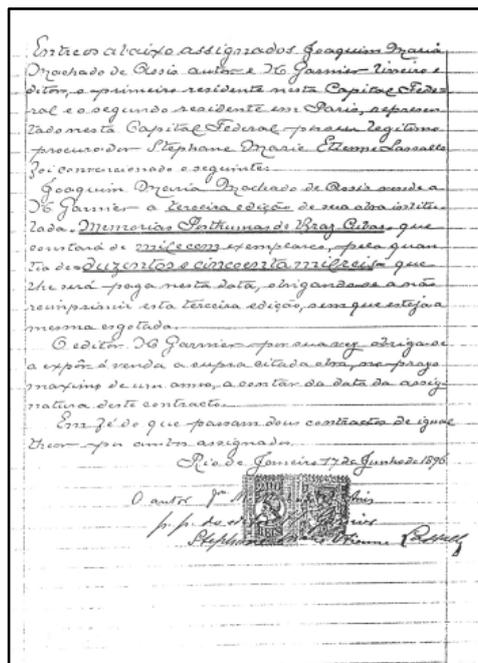
Preço de venda das obras de Bernardo Guimarães. Fonte: Edição n°630 do jornal *A regeneração*.

OBRAS DO MESMO OUTOR	
GUIMARÃES (Bernardo). — O ERMITÃO DE MUQUEM, ou historia da fundação da Romaria do Muquem na provincia de Goyaz. 1 vol. in-8º enc. 3\$000, br.....	2\$000
— LENDAS E ROMANEES: Uma historia de Quilombolas. A Garganta do Inferno. A Dança dos Ossos. 1 v. in-8º enc. 3\$000, br.....	2\$000
— O GAIMPEIRO, romance, 1 v. enc. 3\$000, br.....	2\$000
— HISTORIAS E TRADIÇÕES DA PROVINCIA DE MINAS-GERAES: A Cabeça do Tira-Dentes, A Filha do Fazendeiro. 1 v. in-8º enc. 3\$000 br. 2\$000	
— O INDIÓ AFFONSO, seguido de: A Morte de Gonçalves Dias, canto elegiaco. 1 v. enc. 1\$600, br.....	1\$000
— (B. J. da Silva). — POESIAS. Cantos da Solidão, Inspirações da tarde, Poesias diversas, Evocações, seguidas de notas. 1 v. in-4º 6\$000, rica enc.	8\$000
— O SEMINARISTA, romance brasileiro, 1 v. in-8º enc. 3\$000, br....	2\$000

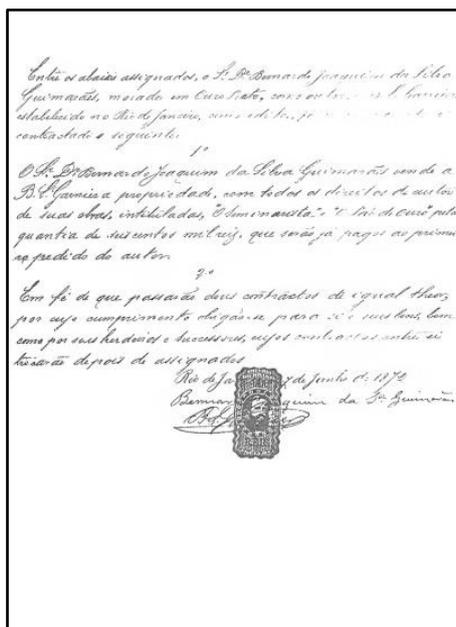
Preço de venda das obras de Bernardo Guimarães. Fonte: primeira edição de *A escrava Isaura*.



Recibo de venda da segunda edição de *Memórias Póstumas de Brás Cubas*. Fonte: Biblioteca Digital de Literatura de Países Lusófonos.



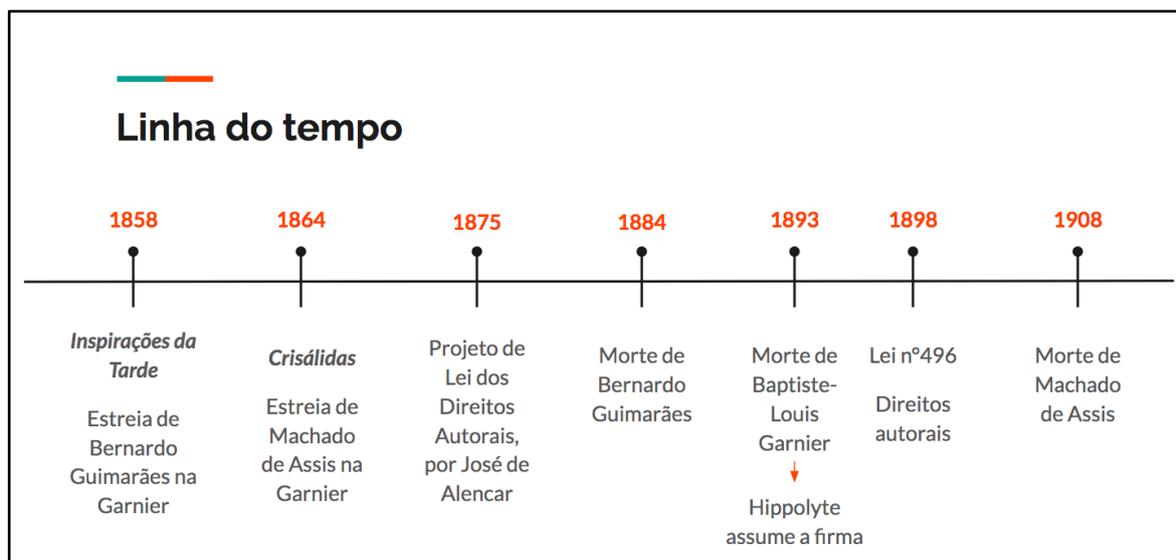
Contrato de venda da terceira edição de *Memórias Póstumas de Brás Cubas*. Fonte: Circulação transatlântica dos impressos.



Contrato de venda das obras O seminarista e O pão de ouro. Fonte: Circulação transatlântica dos impressos.

Levantamentos e discussão

A fim de facilitar a visualização e compreensão cronológica dos fatos, fizemos uma linha do tempo com alguns dos acontecimentos mais importantes dentro do recorte temporal. A partir disso, apresentaremos pontos importantes que levantamos para a discussão durante a pesquisa.

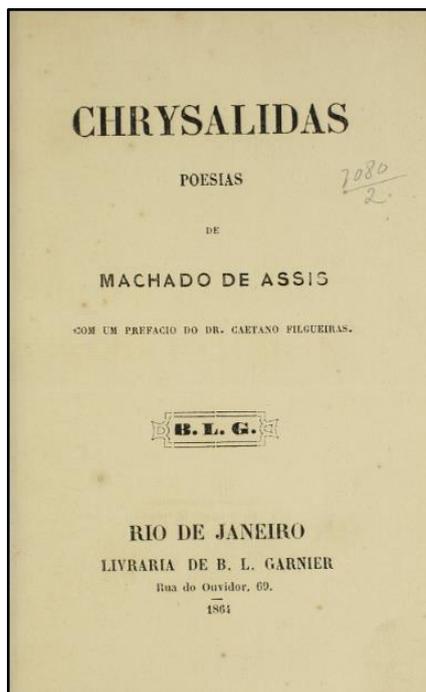


Linha do tempo apresentada no 17º SePeG (revisada e atualizada).

Uma breve explicação dos acontecimentos

Em 1852 Bernardo Guimarães publicou seu primeiro livro de poesias, *Cantos da solidão*, pela Tipografia Liberal. Em 1858, 6 anos depois, estreou na Garnier com a segunda edição de *Cantos da solidão*, com *Inspirações da tarde*. Em 1864 chegou a vez de Machado

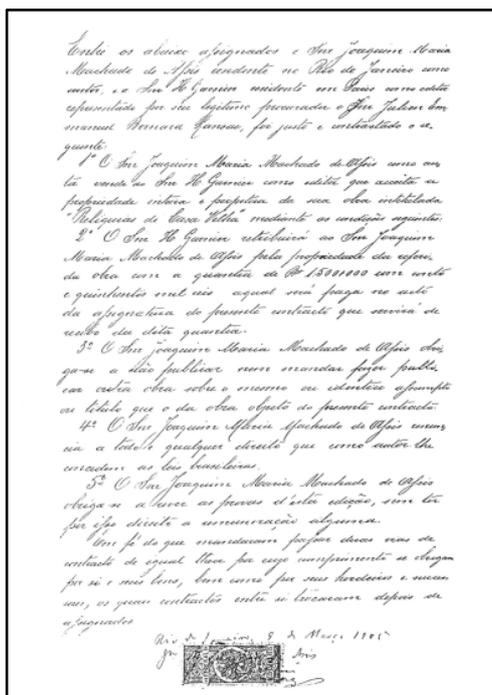
de Assis estreiar na Garnier, com a publicação de *Crisálidas*, que também é uma coletânea de poesias. Ambos os autores estiveram na livraria com suas poesias e continuaram publicando com Garnier tanto obras poéticas, quanto livros em prosa (romances e novelas, principalmente).



Primeira edição de *Crisálidas*, publicada pela Garnier em 1864.
Fonte: Bbm digital.

Em 1875, José de Alencar propôs um projeto de lei relativo à proteção dos direitos autorais, mas foi rechaçado. Ainda que o projeto não tenha sido aceito naquele momento, seu aparecimento na linha do tempo é importante porque indica uma efervescência do debate acerca da propriedade literária na sociedade brasileira da época.

Bernardo Guimarães faleceu em 1884 em Ouro Preto, sua cidade natal. Quase dez anos depois, em 1893, Baptiste-Louis Garnier também veio a falecer, deixando a firma sob a direção de seu irmão Hippolyte Garnier. Um ponto importante a ser ressaltado nessa transição é que, ao passo que Guimarães negociou suas obras apenas com Baptiste-Louis, Machado de Assis, por sua vez, negociou parte delas com Hippolyte também. O contrato de *Relíquias da casa velha*, por exemplo, que data de 1904, é prova disso, já que nele vemos que a negociação foi feita entre o autor e H. Garnier, o mais recente responsável pela Garnier.



Contrato de venda da propriedade literária de Relíquias da casa velha, assinado entre Machado de Assis e H. Garnier. Fonte: Circulação transatlântica dos impressos.

Em 1898 foi promulgada a Lei nº 496, conhecida como Lei dos Direitos Autorais. Mais uma vez é importante salientar que apenas Machado de Assis foi capaz de usufruir de seus direitos recém-adquiridos, pois Bernardo Guimarães já havia falecido mais de uma década antes. De qualquer forma, essa nova legislação contribuiu significativamente para a solidificação da carreira literária como ofício, o que significa o reconhecimento da profissão do autor como conhecemos hoje. Abaixo encontra-se transcrita parte desta lei:

Define e garante os direitos autorais
O Presidente da República dos Estados Unidos do Brasil:
Faço saber que o Congresso Nacional decreta e eu sanciono a lei seguinte:

Art. 1º Os direitos de autor de qualquer obra literária, científica ou artística consistem na faculdade, que só ele tem, de reproduzir ou autorizar a reprodução do seu trabalho pela publicação, tradução, representação, execução ou de qualquer outro modo. A lei garante estes direitos aos nacionais e aos estrangeiros residentes no Brasil, nos termos do art. 72 da Constituição, se os autores preencherem as condições do art. 13 [...] (BRASIL, 1898).

Machado de Assis veio a falecer dez anos depois de estabelecida a lei, no ano de 1908. Neste período de uma década, publicou ainda algumas obras e, apesar de já ter seus direitos de autor assegurados por lei, Lúcia Granja comprova em seu artigo *Três é demais! (ou por que Garnier não traduziu Machado de Assis?)* que o autor acabou vendendo os direitos autorais de todas as suas obras ainda em vida, sem guardar direitos de tradução sobre ela (GRANJA, 2018).

Ganho de capital simbólico

No período de 1860-1890, o livreiro-editor lucrava muito mais do que os autores com a comercialização dos livros, que por vezes recebiam ganhos ínfimos em comparação ao

lucro que as vendas geram aos comerciantes. A grande questão que se faz aqui é: por que, então, os autores abriram mão da propriedade de suas obras?

Uma das razões que encontramos para isso é o que Pierre Bourdieu, em *As regras da arte*, chama de “ganho de capital simbólico” (BOURDIEU, 1996). Acredita-se que Bernardo Guimarães e Machado de Assis, assim como outros escritores do século XIX, estavam buscando consolidar seus nomes na literatura brasileira em ascensão, uma oportunidade que poucos tiveram. A busca pelo reconhecimento de seus nomes e difusão de suas obras pode ter sido tão ou mais intensa que a busca por retorno financeiro imediato, pois poderia lhes render frutos duradouros na história literária. Vale lembrar, mais uma vez, que o mercado literário no Brasil estava começando a transicionar e a abrir espaço para a veiculação de nomes nacionais, e ser publicado por um editor importante como Garnier significava ter seu nome impresso em jornais importantes da época, como aconteceu de fato com os autores estudados.

Logo, isso se resume à busca de valor e reconhecimento pelo mercado e pela sociedade brasileira. Nesse sentido, os resultados foram positivos para Bernardo Guimarães e Machado de Assis, que se consagraram escritores canônicos no Brasil. Como explicam Lajolo e Zilberman em *O preço da leitura*, o estatuto alcançado pelos autores se deve, sem sombra de dúvidas, aos seus próprios méritos, mas também ao processo editorial pelo qual passaram, que jamais deve ser descartado (LAJOLO e ZILBERMAN, 2001).

Bernardo Guimarães X Machado de Assis

Num estudo comparativo, enquanto a maior parte dos contratos de Bernardo Guimarães preveem a venda da propriedade integral das obras, muitos contratos de Machado de Assis não preveem essa cláusula logo de início, embora, como já mencionado, ele tenha vendido a propriedade de suas obras para H. Garnier, eventualmente. Para compreender as razões que contribuíram para esse fato, propomos duas hipóteses.

A primeira é que Machado de Assis, que fez grande sucesso desde o início de sua carreira de jovem poeta, pode ter aproveitado melhor seu reconhecimento como autor na época para negociar com os irmãos Garnier. Além de seu talento para a escrita, o fato de ser uma pessoa muito bem-relacionada no meio literário lhe trouxe vantagens para a sua própria carreira de escritor, e não é preciso de muito para provar sua influência no meio. Não bastasse ter sido um dos fundadores da Academia Brasileira de Letras (ABL), foi eleito com aclamação seu primeiro presidente, em janeiro de 1897 — fase posterior à morte de B. L. Garnier, que certamente já havia reconhecido sua capacidade. Isso parece ser mais do que o suficiente para mostrar seu prestígio.

Além disso, como explica Lúcia Granja (2020, no prelo), ele atuou como editor de muitas de suas obras, ocupando uma posição além do campo da autoria, tendo em vista sua formação como tipógrafo e sua experiência prévia com o campo editorial. Seu histórico com a Imprensa Nacional foi tão marcante — aprendiz de tipógrafo de 1856 a 1858 e assistente de diretor do Diário Oficial de 1867 a 1874 —, que em janeiro de 1997 recebeu, postumamente, o título de patrono.

Logo, não parece exagero supor que a influência e prestígio social em torno da figura de Machado de Assis, assim como sua bagagem profissional no que diz respeito não apenas à escrita, mas também à editoração, lhe permitiram negociar com Garnier de igual para igual em alguns momentos.

Conclusão

Concluimos, portanto, que a literatura nacional, mais do que fruto da produção de um país, também envolve discussões editoriais, dinheiro, trocas, vendas, contratos e direitos,

como explica Lúcia Granja em sua análise de outros contratos (GRANJA, 2020a, p. 385).

Concluimos também que o estudo de fontes primárias nos ajuda a olhar as publicações por um outro ângulo, fazendo-nos entender que as obras que lemos não nascem ao acaso. Pelo contrário, são resultado de muito trabalho e algumas renúncias. Precisamos entender que existem processos na consolidação da figura do autor. Voltando ao início, quando apontamos para questões relacionadas a essa figura tão emblemática e controversa, uma das contribuições que esta pesquisa pretende fazer à discussão é demonstrar que a figura do autor não vem pronta, mas precisa ser construída. Ser autor é mais do que escrever. Prova disso é o que já foi exposto sobre a situação do século XIX, quando os escritores não tinham a sua autoria reconhecida e precisaram lutar para que isso mudasse.

Referências

Fontes primárias

- ACADEMIA Brasileira de Letras. Disponível em: <https://www.academia.org.br/>. Acesso em: 30 mar. 2022.
- BIBLIOTECA Brasileira Guita e José Mindlin. Disponível em: <https://www.bbm.usp.br/pt-br/>. Acesso em 29 mar. 2022.
- BIBLIOTECA Digital de Literatura de Países Lusófonos. Disponível em: <https://www.literaturabrasileira.ufsc.br/>. Acesso em 29 mar. 2022.
- BIBLIOTECA digital Luso-Brasileira. Disponível em: <https://bdlb.bn.gov.br/acervo/handle/20.500.12156.3/13878>. Acesso em 30 mar. 2022.
- HEMEROTECA digital brasileira. Disponível em: <http://memoria.bn.br/hdb/periodico.aspx>. Acesso em 29 mar. 2022.
- PROJETO Circulação Transatlântica dos Impressos. Disponível em: <http://www.circulacaodosimpressos.iel.unicamp.br/index.php?cd=8&lang=pt>. Acesso em 29 mar. 2022.

Referências bibliográficas

- a) BARTHES, R. (1988). A morte do autor. In: O rumor da língua, Brasiliense, SP, p. 65-70.
- b) BRASIL. (1898). Atos do poder legislativo. Rio de Janeiro: Imprensa nacional. Disponível em: <https://www2.camara.leg.br/legin/fed/lei/1824-1899/lei-496-1-agosto-1898-540039publicacaooriginal-39820-pl.html>. Acesso em: 5 out. 2021.
- c) BOURDIEU, P. (1996). As regras da arte: gênese e estrutura do campo literário, Companhia das Letras, SP.
- d) DE SOUZA, L. (2010). B. “Os dois textos de O seminarista de Bernardo Guimarães”. SOLETRAS, n. 19, p. 167-178. Disponível em: <https://www.e-publicacoes.uerj.br/index.php/soletras/article/view/15838>. Acesso em: 5 out. 2021.
- e) FOUCAULT, M. (2009). O que é um autor?. In: Ditos e escritos III: Estética: literatura e pintura, música e cinema. Tradução de Inês Barbosa. 3. ed, Forense, RJ.
- f) GODOI, R. C. (2017). “José de Alencar e os embates em torno da Propriedade Literária no Rio de Janeiro (1856-1875)”. Estudos Históricos (Rio de Janeiro), vol. 30, n. 62, p. 573-596. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/eh/a/MVx9fY9bkTk4dndXC8W4sHs/abstract/?lang=pt>. Acesso em: 5 out. 2021.
- g) GRANJA, L. NO PRELO. A pesquisa em fontes primárias: Machado de Assis e Garnier, tensões entre editor e escritor.
- h) GRANJA, L. (2020a). “Das revistas aos livros: Machado de Assis, Jules Verne e seus editores”. SOLETRAS, n. 40, p. 373-387. Disponível em: <https://www.e-publicacoes.uerj.br/index.php/soletras/article/view/51386/34949>. Acesso em: 5 out. 2021.
- i) GRANJA, L. (2020b). Machado de Assis: relações com o mundo editorial. In: Machado de Assis, intérprete da sociedade brasileira. Org. de Juracy Assmann Saraiva e Regina Zilberman, Zouk, RS, p. 251-261.
- j) GRANJA, L. (2018). “Três é demais! (ou por que Garnier não traduziu Machado de Assis?)”. Machado de Assis em Linha, vol. 11, p. 18-32. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/mael/a/JLgs3sHTQjMR8SySTYC36Xk/?lang=pt>. Acesso em: 5 out. 2021.
- k) HALLEWELL, L. (2017). O livro no Brasil: (sua história). 3. ed. Edusp, SP.
- l) LAJOLO, M; ZILBERMAN, R (2001). O preço da leitura: leis e números por detrás das letras. Ática, SP.